

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Prestação de serviço de seguro predial para a Usina Fotovoltaica de Paranavaí - PR, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1 - Do imóvel a ser segurado:

2.1.1 - Da localização do imóvel: a Usina Fotovoltaica está situada na Rua Longhino Eduardo Boraczynski s/n, Paranavaí - PR.

2.1.2 - Dados da Usina Fotovoltaica de Paranavaí (UFV), suas proteções e riscos:

2.1.2.1 - O início de funcionamento da UFV foi em 16/08/2019, tendo uma produção média mensal de 270.000 kWh;

2.1.2.2 - Trata-se de imóvel próprio da União, doado pelo município de Paranavaí, conforme matrícula nº 45028 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Paranavaí, representando uma área de 28.000 m² aproximadamente;

2.1.2.3 - Durante o período de 17/04/2020 a 17/04/2021 a Usina Fotovoltaica do TRE/PR teve cobertura de seguro contratado nos termos da apólice nº 1800641668, sendo a primeira cobertura securitária do imóvel;

2.1.2.4 - Não houve registro de sinistros no período da vigência da apólice 1800641668;

2.1.2.5 - Não há inversores e transformadores, citados na cobertura, sobressalentes;

2.1.2.6 - No que tange aos procedimentos para se evitar incêndios, bem como combatê-los, a Usina dispõe de 9 (nove) extintores tipo A B C, sistema de detecção de fumaça na casa de máquinas e equipamentos (inversores, cubículos de proteção e transformadores a seco com tecnologia que minimizam a ocorrência de incêndios);

2.1.2.7 - Para se evitar danos causados por quedas de raios, há SPDA instalados na planta da UFV e casa de máquinas;

2.1.2.8 - As estruturas de fixação das Placas Fotovoltaicas são do tipo BI-POSTES com fundação em concreto armado com grapa, oferecendo maior resistência contra ações dos ventos;

2.1.2.9 - Não houve registros de furtos e roubos na UFV. Nela há vigilância durante 12 (doze) horas (das 19h às 07h do dia seguinte) inclusive nos sábados, domingos e feriados, com rondas periódicas.

2.1.2.10 - Diariamente, das 07h30 às 18h, com intervalo de 1h30, há operador do sistema fotovoltaico presente na UFV;

2.1.2.11 - Para manter a segurança da planta foram instaladas CFTV com 18 (dezoito) câmeras assistidas pela Seção de Segurança deste Tribunal. Além de muro estrutural nas laterais e fundos, grades na parte frontal, tendo concertina em todo o perímetro;

2.1.2.12 - Para minimizar intercorrências elétricas que possam causar danos, a UFV conta com pelo menos 03 (três) Blocos de Proteção: fusíveis, disjuntor CC, seccionadoras CC, disjuntor geral do inversor, QGBT e cubículo de proteção com gás SF6;

2.1.2.13 - Não há obras em andamento na UFV de Paranavaí.

2.1.2.14 - Para gerenciamento do sistema de produção de energia elétrica a UFV utiliza o sistema SCADA;

2.1.2.15 - Inexiste prédio tombado pelo patrimônio histórico compondo a UFV;

2.1.2.16 - Na planta da UFV não há hidrantes;

2.1.2.17 - Sprinklers / Sistemas fixos de dilúvio não há;

2.1.2.18 - Há rotas de fugas dentro da UFV;

2.1.2.19 - Não há plano de auxílio mútuo convencionado na UFV;

2.1.2.20 - Há destacamento do corpo de bombeiros no município de Paranavaí distante 10 (dez) km da UFV;

2.1.2.21 - Todos os painéis fotovoltaicos estão aterrados;

2.1.2.22 - Os transformadores são a seco com controles de temperatura, sobrecorrente, disjuntor específico (QGBT) e sistema de ventilação acoplado;

2.1.2.23 - Não há rios, córregos ou represas próximos da UFV; distâncias planimétricas e altimétricas, diques ou piscinões que possam dar risco de alagamento;

2.1.2.24 - Adjacente a UFV há a perfuração de poço artesiano, cercado e protegido, sobre a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Para eventuais extravasamentos há caixas coletoras de água com drenagem para rede pluvial;

2.1.2.25 - A UFV possui linha de transmissão própria com a concessionária, com extensão de 620m, tensão nominal de 13.800 volts em circuito trifásico;

2.1.2.26 - A operação da Usina Fotovoltaica está sendo realizada por 2 (dois) operadores (eletricistas) sendo um com horária de 44 (quarenta e quatro) horas de segunda a sexta-feira e outro atuando aos sábados, domingos e feriados;

2.1.2.27 - Há um plano de manutenção geral dos equipamentos críticos (inversores e transformadores), seguindo o manual do fabricante e check-list elaborado pela gestão da Usina, sendo executado pelo eletricitista responsável.

2.1.3 - Das coberturas e franquias:

2.1.3.1 - Será considerado para efeito de seguro o seguinte conteúdo genérico, cuja especificação dos principais equipamentos técnicos consta no anexo II, sendo os demais especificados em registro de inventário deste Tribunal ou de descritivos técnicos da obra de construção da Usina Fotovoltaica:

- 2.1.3.1.1** Placas fotovoltaicas;
- 2.1.3.1.2** Strings box;
- 2.1.3.1.3** Cabeamentos;
- 2.1.3.1.4** Inversores;
- 2.1.3.1.5** Transformadores;
- 2.1.3.1.6** Ferramentas de trabalho;
- 2.1.3.1.7** Equipamentos de segurança;
- 2.1.3.1.8** Estação solarimétrica;
- 2.1.3.1.9** Computadores com monitores;
- 2.1.3.1.10** Aparelhos telefônicos;
- 2.1.3.1.11** Switchs;
- 2.1.3.1.12** Equipamentos e periféricos de informática;
- 2.1.3.1.13** Impressora;
- 2.1.3.1.14** Utensílios de copa;
- 2.1.3.1.15** Mobiliário;
- 2.1.3.1.16** Persianas;
- 2.1.3.1.17** Cabos lógicos;
- 2.1.3.1.18** Quadros elétricos.
- 2.1.3.1.19** CFTV;
- 2.1.3.1.20** Extintores;
- 2.1.3.1.21** Aparelhos de ar condicionado;
- 2.1.3.1.22** Televisores.

2.1.3.2 - Pautando-se na apólice anterior (1800641668 - Sompo Seguros S.A), bem como na consulta prévia de mercado, a cobertura securitária envolvendo estruturas ao ar livre, casa de máquinas e conteúdos, deverá ter os seguintes valores de cobertura e franquia:

COBERTURA	VALOR DA COBERTURA (R\$)	FRANQUIA
Incêndio, Raio e Explosões	R\$ 8.272.000,00 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil reais), sendo R\$ 4.672.000,00 (quatro milhões seiscentos e setenta e dois mil reais) para casa de máquinas e conteúdo e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para painéis e estrutura ao ar livre.	<u>Incêndio e explosão:</u> 10% dos prejuízos, como mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de POS (Participação obrigatório no sinistro). <u>Raio:</u> 10% dos prejuízos com mínimo de R\$10.000,00 (dez mil reais) de POS (Participação obrigatória no sinistro).
Vendaval, furacão, ciclone, granizo e	R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para casa de máquinas e	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de POS (Participação obrigatória no

tornado	R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para painéis e estrutura ao ar livre.	sinistro).
Roubo ou furto qualificado de bens	R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para casa de máquinas e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para painéis estrutura ao ar livre.	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de POS (Participação obrigatória no sinistro).
Danos Elétricos	R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).	15% dos prejuízos indenizáveis, como mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de POS (Participação obrigatório no sinistro).
Lucros Cessantes	R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).	21 (vinte e um) dias de prejuízo.

2.1.4 - Providências quanto à eventual adequação da Planta Fotovoltaica:

2.1.4.1 - A contratada não deverá condicionar a cobertura de seguro a eventuais melhorias ou aquisições de equipamentos que venham dar causa a dispêndios financeiros pelo Contratante. Todavia, eventuais condições de segurança a serem propostas pela Contratada poderão ser apresentadas e justificadas para análise da Contratante, a qual caberá, exclusivamente, a decisão de implementá-las, sem que isso acarrete rejeição de cobertura.

2.1.4.2 - As instalações do imóvel objeto da contratação deste seguro estão à disposição para verificação dos interessados quando às suas condições de proteção, risco e gestão, as quais seguem descritas no item 2.1.2.

2.1.4.3 - As empresas eventualmente interessadas em realizar a proposta poderão vistoriar, a seu critério, o local onde está instalada a Usina Fotovoltaica de Paranavaí, mediante agendamento através do email usina@tre-pr.jus.br.

2.2 - Da vigência:

2.2.1 - A vigência da apólice, objeto da presente contratação será de **12 (doze) meses**, iniciando-se a partir da **zero hora** posterior ao aceite da Nota de Empenho, independentemente de ter ocorrido a emissão e entrega da apólice.

2.2.2 - Poderá haver prorrogação da vigência do seguro, a critério do Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses nos termos do artigo 57 inciso II da lei 8666/93.

2.3 - Da entrega e alteração da apólice:

2.3.1 - A apólice deverá ser enviada junto com o documento para pagamento do seguro contratado, para os e-mails usina@tre-pr.jus.br e

smin@tre-pr.jus.br, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do aceite da nota de empenho.

2.3.1.1 - A apólice deverá ser emitida em nome do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, inscrito sob o CNPJ nº 03.985.113/0001-81.

2.3.2 - A Contratada deverá promover a qualquer tempo, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a partir da comunicação do Contratante, alteração na apólice quando ocorrer aquisições ou alienações de imóveis e de bens de grande vulto, a critério do CONTRATANTE, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.4 - Do recebimento do objeto: o recebimento definitivo será efetuado pela UNIDADE GESTORA junto com a FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, e se dará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do documento para pagamento e da apólice, a partir da conferência de toda a documentação exigida, como valor do prêmio, bens e valores segurados, coberturas acessórias e franquias, conforme formulário padrão adotado por este Tribunal.

3 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A fiscalização e gestão da contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para tal fim.

3.1.2 - Caberá à gestão da contratação:

a. Orientar os fiscais da contratação relativamente aos procedimentos necessários quando da ocorrência de sinistro;

b. Obter orientações da seguradora relativamente aos documentos necessários para que seja ressarcido ao TRE o valor devido pelo sinistro;

c. Anexar os documentos ao PAD para viabilizar que seja acionado o seguro para o respectivo ressarcimento;

d. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como, se são mantidas todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas;

e. Acompanhar as condições contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

f. Apurar, caso ocorram, os motivos determinantes de multas, consoante às disposições contratuais que constam do edital;

g. Informar à Contratada, bem como à Secretaria de Administração - SECAD, quando houver interesse ou necessidade em se proceder à rescisão do contrato, com, pelo menos, **20 (vinte) dias** de antecedência, a fim de garantir tempo hábil para execução dos procedimentos pertinentes.

h. Receber e atestar o documento fiscal referente ao seguro firmado, após conferência dos imóveis que compõem o seguro, valores segurados, e documentação, encaminhando-as ao setor responsável da Secretaria de Orçamento,

Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;

i. Adotar as demais providências pertinentes à gestão do contrato, tais como pedidos de prorrogação, acréscimos ou supressões, reajustes, entre outros.

j. Fazer verificação da vantajosidade da contratação para as prorrogações e encaminhar os pedidos pertinentes, conforme orientações recebidas do TRE e manuais do TSE;

k. Nos casos de inexecução contratual, com base nas informações do Fiscal, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à coordenadoria pertinente ou à Secretaria de Administração – SECAD devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à Contratada pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela Contratada.

3.2.2 - Caberá aos fiscais da contratação:

a. Comunicar, diretamente à seguradora, a ocorrência de sinistro para que sejam iniciados os procedimentos inerentes ao acionamento do seguro;

b. Comunicar à gestão do contrato, por meio da abertura de PAD específico, relatando a ocorrência e descrevendo os danos inerentes ao imóvel e móveis do local;

c. Acompanhar a contratação de acordo com as cláusulas do edital e da apólice, comunicando à Contratada via e-mail ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los;

d. Comunicar aos gestores da contratação persistência de inexecução, fornecendo os elementos necessários à abertura de procedimento administrativo.

e. Exigir da contratada, a qualquer momento, subsídios para averiguar se as obrigações estão sendo cumpridas dentro dos prazos estabelecidos pela legislação.

4 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1 - Executar as garantias decorrentes desta contratação na forma e condições especificadas neste Termo de Referência e na apólice.

4.2 - Atender prontamente as solicitações da fiscalização, bem como providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo TRE/PR, quanto à execução das obrigações contratadas.

4.3 - Prestar atendimento imediato no caso de comunicação de sinistro dispondo, para tanto, canal de comunicação à contratante.

4.4 - Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TRE/PR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente.

4.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.6 - Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

4.7 - Comparecer, sempre que convocada, às visitas e/ou reuniões solicitadas pela CONTRATANTE, assumindo ônus por sua ausência.

4.8 - Manter durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

4.9 - Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a contratada será notificada, no prazo definido pelo TRE/PR, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei.

4.10 - Do sinistro:

4.10.1 - Deverão ser informados os procedimentos para liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada tipo de cobertura, facultando-se à contratada, no caso de dúvida fundada e justificável, a solicitação de outros documentos.

4.10.2 - A avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, deverá ser iniciada até o primeiro dia útil seguinte ao aviso de sinistro.

4.10.2.1 - Caso necessário e mediante requerimento com apresentação de justificativas, o prazo acima poderá ser aumentado, a critério da Contratante.

4.10.3 - A indenização pela liquidação do sinistro deverá ser efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega de todos os documentos básicos previstos no item 4.10.1 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

4.10.3.1 - No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, na forma do item 4.10.1, o prazo para liquidação do sinistro será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que foi entregue a documentação solicitada.

4.10.4 - É obrigação da contratada entregar à contratante protocolo que identifique a data do recebimento do aviso de sinistro e respectivos documentos.

4.10.5 - O pagamento da indenização do sinistro deverá ser efetivado através de pagamento bancário de GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU e comunicado ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - A licitante interessada deverá examinar cuidadosamente o presente edital, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus documentos de habilitação ou na proposta.

5.2 - Dúvidas poderão ser sanadas com os servidores Luis Mitsuro Bancho ou Cristiano Tomaz de Aquino, pelos telefones (44) 3423-4988 / 3423-1669, das 12h às 18h e pelos e-mails usina@tre-pr.jus.br e smin@tre-pr.jus.br.